

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1479016 - SP
(2019/0091246-3)**

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
AGRAVANTE : CONCESSIONARIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A
ADVOGADOS : RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH -
DF026966
GUILHERME PUPE DA NOBREGA - DF029237
HELENA VASCONCELOS DE LARA RESENDE -
DF040887
VICTOR HUGO GEBHARD DE AGUIAR - DF050240
AGRAVADO : COPEL GERACAO E TRANSMISSAO S.A
ADVOGADOS : JEFFERSON CAMILO DE SIQUEIRA - PR045614
IVANES DA GLORIA MATTOS - SP323488B
INTERES. : AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS
PUBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO
ESTADO DE SAO PAULO-ARTESP
INTERES. : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : CAIO AUGUSTO LIMONGI GASPARINI - SP173593
S
JOSÉ CARLOS NOVAIS JUNIOR - SP256036

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – Não se conhece do Agravo em Recurso Especial que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial.

III – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V – Agravo Interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves,

Superior Tribunal de Justiça

Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa
Relatora

